



# Anais da Assembléia

N° 053

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE MAIO DE 1991

ANO XVII

ATO DO PRESIDENTE N° 01/91

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Capítulo I, Seção I, Artigo 19, combinado com o Artigo 36, do Regimento Interno,

D E C L A R A:

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por quinze (15) membros, conforme requerimento recebido pela mesa, de autoria dos Senhores Deputados: DOUTOR ROSINHA, RAFAEL GRECA, GERALDO CARTÁRIO, NELSON JUSTUS, ERNANI PUDELL, OVIDIO CONSTANTINO, MÁRIO BEZERRA, PLAUTO MIRÓ, EMÍLIA BELINATI, PAULO MAIA, DALTON MACHUCA, ANTONIO ANNIBELLI, ALBINO CORAZZA, ALGACI TÚLIO, VALDIR ROSSONI, ARLINDO TROIAN, COLOMBINO GRASSANO e LOURENÇO FREGONESE, na Sessão Ordinária do dia 06/03/91, com fundamento no disposto pelo § 3°, do artigo 62, da Constituição do Estado do Paraná, para apurar possíveis irregularidades cometidas pela Secretaria de Estado da Saúde nas concorrências 004/90 e 005/90, efetuadas entre os meses de novembro e janeiro de 1991, devendo a mesma ser constituída por quatro (4) Deputados do PMDB, por três (3) Deputados do PRN, por dois (2) do PFL e PDT e um (1) Deputado do PSDB, PTB, PL e PT, respectivamente.

Gabinete da Presidência, em 15.05.91.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 41.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1991.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz

Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dirceu Manfrinato e Severino Félix (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1064

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.05.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 1072

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação nominal com fulcro no § 5° do art. 167 do Regimento Interno desta Casa, para o Projeto de Lei n° 144/91, que concede abono de 40% (quarenta por cento) aos servidores das entidades da Administração Indireta: FAMEPAR, IAPAR, ITCF, IPARDES e Fundação Rádio e Televisão do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.05.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

Apoiamento: Colombino Grassano.

REQUERIMENTO N° 1065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, VOTO DE PESAR, pelo falecimento da Professora MIRIAN CUNHA, ocorrido no último dia 14, no município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 15.05.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1079

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado votos de congratulações pela passagem do 7° aniversário de fundação do Jornal "Correio de Notícias". Solicita que deste requerimento seja dada ciência ao Senhor CÍCERO AMARAL CATTANI, mui digno Diretor do referido Jornal.

Sala das Sessões, em 15.05.91.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A imprensa livre é o quarto poder em uma democracia. A não existência dela determina que a população fique menos informada e conseqüentemente com a seus direitos lesados.

A informação escrita é fundamental pelo registro dos fatos e da crítica sobre os atos vivenciados pela comunidade.

O Correio de Notícias vem cumprindo este papel e servindo a população com o que há de melhor em artigos e informações.

Esta homenagem da Casa, a este laborioso órgão, é justa e oportuna para que sinta que a luta que desenvolve para sua perpetuidade está sendo acompanhada e incentivada por todos nós.

REQUERIMENTO N° 1074

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais da Casa dos 7 (sete) anos de circulação contínua do Jornal "Correio de Notícias", na pessoa do Sr. Diretor Cícero Cattani.

Sala das Sessões, em 15.05.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O "Correio de Notícias", consolidou-se na opinião pública, através de um comportamento editorial isento e franco, apoiado no melhor corpo de colunistas que um diário matutino já conseguiu reunir na imprensa paranaense.

Consideramos, ainda, o seu aspecto gráfico, moderno e ágil de acordo com as expectativas dos leitores de hoje.

REQUERIMENTO N° 1076

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

Curitiba, quarta, em 15.05.91

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais da Casa dos 15 (quinze) anos de circulação contínua do Jornal "O Paraná" de Cascavel, na pessoa do seu Diretor Emir Sfair.

Sala das Sessões, em 15.05.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Jornal "O Paraná", consolidou-se na opinião pública, através de um comportamento editorial isento e franco, apoiado no melhor corpo de colunistas que um diário matutino já conseguiu reunir na imprensa paranaense.

Consideramos, ainda, o seu aspecto gráfico, moderno e ágil de acordo com as expectativas dos leitores de hoje.

REQUERIMENTO N° 1068

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, envio de expediente à Polícia Federal, solicitando o andamento do processo no caso de extração de madeira nas áreas indígenas, e outros processos ligados a questão indígena.

Sala das Sessões, em 15.05.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 1069

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, envio de expediente à FUNAI, solicitando um minucioso relatório contendo a situação do índio no Paraná e relação contendo quais as áreas indígenas e número dos mesmos por área.

Sala das Sessões, em 15.05.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 1075

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Presidente da República e Ministro da Infra-Estrutura, a fim de que sejam reiniciadas as obras que foram paralisadas, sem a menor justificativa, de grande interesse ao Paraná e a Região Sul, tais como: Duplicação da BR-376, trecho Curitiba Garuva, Rodovia BR-376, Trecho Campo Mourão-Cruzeiro do Oeste; término da Ponte sobre o rio Paraná no Porto Camargo (BR.478); término do Contorno Leste, ligando a BR-116 a BR-277 e outras com contratos de restauração em poder do 8° Distrito Rodoviário Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.05.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

**JUSTIFICATIVA:**

Conforme farta divulgação pela imprensa, as obras mencionadas tiveram seu início no Governo da República Federativa do Brasil, com gastos aproximados que poderiam cobrir o custo total das mesmas, entretanto, só nos restam valetas, demarcações, alguns viadutos com o concreto concluído, necessitando apenas das ligações e a camada asfáltica. No nosso entender, nenhuma outra obra de vulto poderá ser iniciada, antes do término destas descritas.

**REQUERIMENTO N° 1077**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo ao Sr. Governador Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Administração, cumprimentando-os pela decisão de mandar suspender o desconto em folha de pagamento dos servidores públicos estaduais em favor de instituições de previdência privada.

Sala das Sessões, em 05.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

Algumas empresas de previdência privada, como o GNPP-Montepar, com falsas promessas, feitas em intenso trabalho dentro das repartições públicas do Estado, vêm conseguindo um grande número de associados que, após pagarem por muitos anos (15 ou mais), mensalidades dentro do plano escolhido - muitos ainda continuam pagando - vêem-se ludibriados pelas mesmas, sem direito às prometidas aposentadorias mensais e outros benefícios.

A decisão do Governador é muito acertada e vem ao encontro do pedido feito pelo ofício n° 783/91/DA/CEA/SC, de 12 de março próximo passado, que alertou sobre os prejuízos acarretados à população pela ação desimpedida dessas seguradoras, muito especialmente, do MONTEPAR.

Que do presente se dê ciência ao Movimento da Revisão dos Direitos e Garantias Constitucionais.

**REQUERIMENTO N° 1078**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria da Fazenda, solicitando a implantação da nota fiscal de produtor, série única, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.05.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

**JUSTIFICATIVA:**

Tal iniciativa vem ao encontro da antiga e justa reivindicação dos produtores

de nosso Estado, que pelo atual sistema encontram dificuldades nos finais de semana e feriados, visto que os agricultores são obrigados a emitir a nota interna e posteriormente fazer uma segunda nota na Agência de Rendas, tornando impossível fazer qualquer comercialização naqueles dias, mesmo no caso de mercadorias não tributadas.

Assim, solicitamos que seja adotado o bloco de produtor, série única, a exemplo do que já ocorre em outros Estados.

No caso de mercadorias tributadas poderia ser usado o sistema de conta gráfica, como qualquer empresa, pois o produtor passaria a ter uma inscrição estadual, ou ainda, no expediente normal, faria o pagamento na rede bancária e nos finais de semana ou fora de expediente, poderia ser adotado o sistema de selo.

Tais medidas trarão enormes benefícios aos produtores, não acarretando nenhum prejuízo ao poder público.

**REQUERIMENTO N° 1063**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo Estadual o artigo Vamos Respeitar a Biblioteca Pública do Paraná, publicado pelo Jornal do Estado.

Sala das Sessões, em 15.05.91.

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

De forma muito apropriada o artigo em questão vem abordar a necessidade de o Governo respeitar as normas legais, constitucionais, os procedimentos jurídicos, quando da nomeação de pessoal para cargos públicos.

É lamentável a violação do que dispõe a Lei Federal n° 4084, com a indicação para a Direção da Biblioteca Pública do Paraná, de alguém não habilitado para isto.

Que se conheça isto e que este Poder acolha as preocupações dos bibliotecários do Paraná, demonstrando vigília permanente da legislação em vigor.

Seja dada, também, ciência do presente à Associação dos Bibliotecários do Paraná.

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI N° 179/91**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o CLUBE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO PARQUE SÃO JORGE, com sede no Município de Almirante Tamandaré e foro no Município de Rio Branco do Sul.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 15.05.91.

(a) PAULO MAIA

**JUSTIFICATIVA:**

O Clube de Desenvolvimento Comunitário do Parque São Jorge, entidade sem fins lucrativos, com sede em Almirante Tamandaré e foro no município de Rio Branco do Sul, é modelo de organização comunitária que deve ser prestigiada pelas autoridades político-administrativas do Paraná.

O fomento da auto-organização comunitária, enquanto mecanismo de conquista de melhores condições de vida por parte das comunidades, menos favorecidas, e a própria concessão das condições para esta auto-organização, é dever do Estado que deve ter ampla observância.

O Clube de Desenvolvimento Comunitário do Parque São Jorge atua preponderantemente na busca de melhores condições de vida para todos aqueles abrangidos por sua área de atuação, por meio de estudo dos problemas locais, definição das soluções pretendidas, por meio de representação da comunidade local perante as autoridades constituídas, recebimento e distribuição de recursos, promovendo o desenvolvimento da vida em comunidade, prestigiando e fomentando as ações coletivas da comunidade e atuando cooperativamente com os poderes públicos na solução dos problemas da comunidade.

**PROJETO DE LEI Nº 180/91**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica alterado o art. 67 da Lei nº 8993/89, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 67 - A reincidência sujeita o infrator a multa, estando esta sujeita a atualização monetária."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

**JUSTIFICATIVA:**

**CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

"Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

I - ...

II - ...

III - Tributos, arrecadação e distribuição de rendas;"

Um grande número de pequenos e micro-empresários deixam de recolher mensalmente

Curitiba, quarta, em 15.05.91

aos cofres do Estado o Imposto de Circulação de Mercadorias, devido à recessão que assola o País e que atinge indistintamente as empresas paranaenses.

Não obstante a constatação deste fato, para agravar a situação, a redação atual do Art. 67 da Lei 8933/89 - Lei do ICMS - sujeita seu infrator (Art. 66), em caso de reincidência, ao pagamento de multa em dobro, aplicando-se, sobre esta, em cada reincidência subsequente, o percentual de 20% (vinte por cento).

O valor exorbitante das multas tornam impossível a quitação dos débitos, uma vez que, a cada atraso, cabe uma reincidência, o que, em muitos casos, triplica o valor da contribuição inicial, inviabilizando por completo o recolhimento.

O projeto de lei em tela visa sanar o problema acima exposto, sem, no entanto, alterar o espírito da lei. A alteração proposta continua a penalizar o devedor reincidente, sem no entanto penalizar excessivamente aqueles contribuintes que, embora queiram, não podem quitar seus débitos em função da aplicação da lei que acaba por gerar verdadeira "bola de neve", fazendo do contribuinte honesto e cumpridor de suas obrigações um "sonegador compulsório".

Esta situação não gera benefícios nem ao Estado, que deixa de recolher o imposto que lhe é devido, nem ao contribuinte, que na condição de bom pagador, não pode cumprir suas obrigações para com o Estado.

Os prejuízos para o Estado são transparentes. Ao publicar a lei do ICMS o Estado visou regulamentar a relação jurídica existente entre ele e seus súditos quando da ocorrência do fato gerador; em outras palavras, o Estado visou o recolhimento do imposto e não a situação oposta. Ao fixar a pena de reincidência na Seção III, do Capítulo XII, (Do Controle e da Orientação Fiscal), o Estado apreciou a situação excepcional do não pagamento do tributo, e de acordo com as perspectivas econômicas vigentes na época, estipulou o valor da penalidade a ser imposta. O que estamos salientando é a excepcionalidade da situação. Ao Estado interessa o recolhimento de seu crédito dentro dos prazos estabelecidos, tendo a penalidade um caráter expiatório, decorrente daí a coercibilidade da lei. O Estado não visou o recebimento da multa, pois esta tem caráter excepcional, o Estado visou o recebimento do tributo dentro do prazo e dos critérios pela lei estabelecidos, fato que não está ocorrendo por ser impossível a quitação dos débitos a persistir a atual redação do Art. 67, da Lei do ICMS que, como já afirmamos acaba por gerar valores impagáveis.

Outro aspecto que merece menção especial é a desatualização do artigo em ques-

tão em relação à atual situação econômica do País. Quando da publicação da Lei 8933/89, as perspectivas inflacionárias vigentes eram muito maiores do que as atuais que giram em torno de 10% para os meses vindouros.

Assim sendo, por não haver dúvidas quanto a constitucionalidade do projeto, por não haver nenhum prejuízo ao Estado na medida em que a penalização pela reincidência constitui-se em situação excepcional cujo recolhimento não deve ser esperado pelo Estado, por estar a lei desatualizada e por acarretar consideráveis prejuízos ao Estado e aos contribuintes, finalizamos certos de que o bom senso proporcionará a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 181/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os estabelecimentos de ensino público estaduais contarão com Conselhos Escolares, constituídos de representantes eleitos diretamente pelos diversos segmentos da comunidade escolar: professores, pais, estudantes e funcionários.

Art. 2° - Os Conselhos Escolares serão compostos por número ímpar de integrantes variando de sete a quinze membros, conforme a tabela a seguir:

ESCOLAS DE 1° GRAU COMPLETO E INCOMPLETO

N° DE ESTUDANTES MATRICULADOS	N° DE REPRESENTAN. NO CONS. ESCOLAR				
	PROF.	PAIS	ESTUD.	FUNC.	DIR. TOTAL
ATÉ 500	2	2	1	1	1 7
DE 501 a 1000	3	2	2	1	1 9
DE 1001 a 2000	4	3	2	1	1 11
DE 2001 a 3000	5	4	2	1	1 13
MAIS DE 3000	6	4	3	1	1 15

Art. 3° - Nas escolas de 1° e 2° graus, ou de 2° grau o número de pais e estudantes deverá ser invertido.

Art. 4° - Independentemente do número de estudantes matriculados na escola, e por decisão do Conselho Escolar, o número de seus integrantes poderá ser ampliado até o máximo de quinze, desde que respeitada a proporção de representação de cada segmento conforme tabela do art. 2° desta lei.

Art. 5° - Também compõe o Conselho Escolar representantes, dos seguintes movimentos sociais existentes: sindicatos de trabalhadores, associações profissionais, associações populares de bairros, vilas ou distritos.

Parágrafo Único - Os representantes de movimentos sociais referidos no "caput" deste artigo terão direito de voz e voto, podendo o número de membros do Conselho Escolar exceder o previsto no art. 2° des-

ta lei, desde que o número de representantes dos movimentos sociais não exceda a 1/5 dos membros pela comunidade escolar.

Art. 6° - A eleição dos representantes dos diversos segmentos escolares, bem como a de seus respectivos suplentes será realizada através de voto direto e secreto, conforme a seguir especificado:

I - O Conselho Escolar indicará comissão eleitoral que deverá ser constituída, no mínimo, por dois representantes de cada segmento escolar;

II - A comissão eleitoral em sua primeira reunião deverá eleger o seu presidente, o que deverá ser registrado em ata, bem como todos os demais trabalhos pertinentes ao processo eleitoral;

III - O edital de convocação de eleição e indicando pré-requisito e prazos para inscrição, homologação e divulgação e chapas, dia, hora e local de votação, credenciamento de fiscais de votação e apuração, bem como outras instruções necessárias ao desenvolvimento do processo eleitoral, será afixado em local visível na escola e remetido aos pais ou responsáveis por estudantes, com antecedência de no mínimo, trinta dias antes das eleições.

IV - A apresentação dos concorrentes far-se-á através de chapas podendo a unidade escolar optar por uma das seguintes formas;

a) Cada uma das chapas será constituída por todos os segmentos escolares, na proporção estabelecida no art. 2°;

b) Cada segmento escolar fará o registro de suas chapas, na proporção estabelecida no art. 2°;

V - As chapas deverão ser registradas junto à Comissão Eleitoral, até quinze dias antes da realização da eleição;

VI - O professor, cujo filho estuda na mesma escola, só poderá concorrer como professor;

VII - Terão direito a voto:

a) Os professores em efetivo exercício na escola;

b) Um dos pais ou responsáveis pelo estudante;

c) Todos os estudantes;

d) Todos os funcionários;

VIII - Cada segmento escolar votará nos representantes do seu respectivo segmento;

IX - O Conselho Escolar terá composição proporcional sendo que o total de votos de cada chapa por segmento determinará o número de membros que a representará no respectivo Conselho;

X - Para efeito de aferição dos nomes eleitos, dentro do critério da proporcionalidade, será observada a ordem de inscrição dos candidatos na constituição das chapas por segmento;

XI - O regimento eleitoral será elabo-

rádo pelas entidades estaduais que congregam os segmentos escolares atendendo as peculiaridades de cada estabelecimentos de ensino e o disposto nesta lei;

Art. 7º - Os Conselhos Escolares terão as funções consultiva, deliberativa e fiscalizadora, constituindo-se no órgão máximo de decisão a nível de escola.

§ 1º - Os membros do Conselho Escolar, em consonância com as suas instâncias de discussão, deliberação sobre as questões administrativas, financeiras e pedagógicas da unidade escolar.

§ 2º - Na definição das questões pedagógicas deverão ser resguardados os princípios contidos na Constituição Federal, art. 206, e na Constituição Estadual, art. 178, bem como as normas legais e diretrizes do Conselho Estadual e Federal de educação.

Art. 8º - Dentre as atribuições do Conselho Escolar, a serem definidos no respectivo regimento de cada unidade escolar, incluem-se as de:

I - Elaborar seu regimento;

II - Adendar, modificar e aprovar o plano elaborado pela direção da escola sobre a aplicação de recursos destinados a manutenção e conservação da escola;

III - Criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade intra e extra escolar na definição do projeto político-administrativo-pedagógico da unidade escolar;

IV - Aprovar ou rejeitar num prazo de vinte dias a indicação do Vice-Diretor Geral ou Administrativo, encaminhado pela Direção;

V - Escolher no prazo de dez dias, um dos três nomes indicados pelo Diretor da escola para ser Vice-Diretor Geral ou Administrativo, caso o primeiro nome indicado para o cargo tenha sido rejeitado pelo Conselho;

VI - Divulgar periódica e sistematicamente informações referentes ao uso dos recursos financeiros, resultados obtidos e qualidade dos serviços prestados;

VII - Coordenar o trabalho de elaboração ou alteração do regimento escolar;

VIII - Convocar assembléia geral escolar;

IX - Propor a instauração de sindicância para a destituição do Diretor ou Vice-Diretor da escola, quando 50% mais um dos membros achar necessário;

X - Recorrer a instâncias superiores sobre decisões a que não se julgar apto a decidir, conforme o regimento escolar.

Art. 9º - O período de atuação do Conselho Escolar será de três anos, sendo permitida a recondução de seus membros no máximo em um novo mandato.

Art. 10 - Ocorrerá a vacância de membros do Conselho por conclusão do mandato,

renúncia, aposentadoria, desligamento da escola ou destituição.

§ 1º - O pedido de destituição de qualquer membro só poderá ser aceito pelo Conselho se for acompanhada de assinatura de, no mínimo, vinte por cento (20%) dos seus pares, acompanhada de justificativa.

§ 2º - No prazo mínimo de quinze dias, preenchidos os requisitos do § 1º, o Conselho convocará uma assembléia geral do respectivo segmento escolar quando os pares, ouvidas as partes, deliberarão sobre o seu desligamento ou não.

§ 3º - O membro só poderá ser destituído se a maioria dos seus membros assim o decidir, e se a assembléia contar, no mínimo, com a presença de 20% (vinte por cento) do número total de pessoas que compõem este segmento escolar.

Art. 11 - Ocorrendo a vacância de algum de seus membros titulares, assumirá o representante suplente do respectivo membro titular, para completar o mandato de seu antecessor.

Parágrafo Único - Casa algum segmento da comunidade escolar tenha representação vaga ou diminuída por falta de suplente para assumir, o Conselho providenciará nova eleição da categoria no prazo máximo de trinta dias após a vacância.

Art. 12 - A primeira eleição para a composição do Conselho Escolar, nos termos desta lei, será realizada no final de 1991, não coincidindo a vigência de seu mandato com a da direção da escola.

Parágrafo Único - Para a presente eleição, a comissão eleitoral será constituída por no mínimo um representante indicado de cada uma das chapas registradas.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.91.

(a) DR. ROSINHA

Apoiamento: Paulo Maia, Emília Belinati, Ernani Pudell e Ovídio Constantino.

JUSTIFICATIVA:

O projeto que apresentamos procura atender uma antiga reivindicação dos trabalhadores na Educação, dos estudantes e pais da classe trabalhadora. Propomos que as escolas, no gozo da sua autonomia, sejam administradas por Conselhos de Escolas composto por professores, funcionários, pais, estudantes, representantes da administração da escola e pelos movimentos populares e sindicais. Com isso atendemos aos diversos setores interessados e que devem influir sobre os destinos da educação.

Os professores que são os vetores da realização do ensino e que já foram excluídos dos espaços de formulação do ensino, devem ser incluídos. Pois a escola exclui os professores, realiza a caricatura

do ensino. Os funcionários que enquanto trabalhadores têm o direito inalienável de discutir e deliberar sobre os rumos e o resultado produzido pelo seu trabalho. Os estudantes, por si ou por intermédio de seus pais, que como receptores diretos do ensino possuem também o direito inalienável de decidir e deter o controle sobre o ensino que os qualifica para as ações perante a sociedade. Os movimentos populares e sindicais, devem ser ouvidos, pois representam aqueles, que enquanto classe do setor social, utiliza da educação e que esta decisivamente influi nos rumos de suas vidas. E também que de fora dos muros da escola percebem os seus resultados práticos e efetivos. Além do que representa os que já saíram da escola (contam com a experiência dos resultados do ensino na prática), dos responsáveis por aqueles que ainda vão entrar e suas expectativas.

O método que utilizamos define a composição dos Conselhos pelo critério de paridade. A paridade entre trabalhadores na educação (professores e funcionários) e os usuários (pais e alunos). E complementa com a participação dos que estão fora e já viveram a educação e experimentam os seus efeitos na prática, e também daqueles que enviaram seus filhos e alimentaram expectativas. Também contempla a administração da escola e suas experiências.

Apresentamos a proposição dos números de componentes proporcional ao tamanho da escola, pois permite num primeiro plano expressar a maior diversidade das escolas maiores. Num segundo plano permite expressar a proporção maior de professores em relação aos funcionários, que se manifesta na prática. Importante também se faz, o tratamento diferenciado da relação entre pais e estudantes, pois a capacidade de intervenção dos alunos no processo de realização do ensino se faz notar ao nível de 2º grau, embora não devemos excluir os pais deste processo.

Entendemos que o aprimoramento deste projeto, bem como sua aprovação pela Assembleia Legislativa, é um passo fundamental no caminho da conquista de uma nova escola efetivamente pública e gratuita, democrática e universal, voltada para as necessidades da classe trabalhadora.

PROJETO DE LEI N° 182/91  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O número de alunos por sala de aula atendidos por 01 (um) professor nos cursos regulares dos estabelecimentos de ensino público e privado não poderá exceder a 15 (quinze) alunos em creche ou jardim de infância, a 20 (vinte) na pré-escola primeira, segunda, terceira e

quarta séries do primeiro grau; a 30 (trinta) alunos na quinta, sexta, sétima e oitava séries do primeiro grau; e a 35 (trinta e cinco) alunos em todas as séries do 2º grau.

Art. 2º - O executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor no ano letivo de 1992.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Paulo Maia, Ernani Pudell, Emília Belinati e Ovídio Constantino.

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei visa atender uma antiga reivindicação dos professores no que se refere às condições de trabalho.

No caso da educação, as condições de trabalho não dizem respeito apenas ao educador, mas também ao educando, pois este só poderá ter a atenção que necessita de seu professor se o número de alunos na sala de aula não for excessivo.

As técnicas pedagógicas modernas recomendam que seja dada oportunidade aos alunos de assimilarem os conteúdos segundo os seus ritmos individuais e isto não pode ser feito com um número elevado de alunos por sala de aula.

Para que se cumpra o que determina nossa Constituição tanto em âmbito Federal como Estadual, o Estado deve, por direito e dever, acabar com as distorções na relação número de alunos por professor, zelando assim pela qualidade de ensino. Não se pode permitir que os imperativos de lucratividade comprometam a qualidade do saber.

No artigo 3º do projeto de lei se propõe a sua entrada em vigor apenas no ano letivo de 1992, dando espaço de tempo necessário para que as instituições públicas e privadas de ensino realizem as adaptações cabíveis para a aplicação do projeto de lei.

Abrimos às entidades interessadas a possibilidade de, no decorrer da tramitação legislativa deste projeto de lei, propor mudanças e emendas que visem aperfeiçoá-lo.

PROJETO DE LEI N° 183/91  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-



posições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.91.

(a) CARLOS SIMÕES

**JUSTIFICATIVA:**

O Centro de Orientação e Controle de Excepcionais de Curitiba, entidade mantenedora da ESCOLA ESPECIAL TIA NILZA, vem desenvolvendo um trabalho muito especial junto às crianças excepcionais de Curitiba e Região Metropolitana.

As dificuldades desta entidade são grandes, pois atender adequadamente crianças excepcionais exige pessoal especializado, para que o desenvolvimento desejado seja alcançado.

Assim, consideramos o COCEC, em condições de merecer tratamento especial a ser declarado de utilidade pública estadual, para obter recursos junto aos órgãos estaduais competentes.

PROJETO DE LEI N° 184/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1° - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a implantar, num prazo máximo de seis meses após a publicação desta lei, um sistema de computadores em todos os postos fiscais nos locais de acesso aos Estados limítrofes com o Paraná, interligados a uma Central de Operações e de Computação de Dados e Informações da Secretaria de Estado das Finanças.

Art. 2° - As despesas decorrentes dessa implantação serão cobertas com recursos provenientes do excesso de arrecadação do Estado, nos termos do art. 43, § 1°, inciso II, da Lei n° 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.05.91.

(a) JOÃO IENSEN

**JUSTIFICATIVA:**

Com fundamento no art. 65 da Constituição Estadual vigente e nos dispositivos regimentais desta Casa de Leis, tomo a iniciativa de apresentar o presente projeto de lei, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar, num prazo máximo de seis meses após publicada esta lei, um sistema de terminais de computadores em todos os postos fiscais situados nos locais de acesso aos Estados limítrofes com o Estado do Paraná, interligados a uma Central de Operações e de Computação de Dados e Informações da Secretaria de Estado das Finanças.

O Estado do Paraná tem cerca de 20 acessos aos Estados vizinhos, onde funcionam postos fiscais, para fiscalização dos transportes de mercadorias de um Estado para outro. Mas, esses postos fiscais não

Curitiba, quarta, em 15.05.91

têm a infra-estrutura necessária para um bom trabalho de fiscalização, em razão da falta de contato imediato com as centrais de operações da SEFI. Boa parte do imposto de circulação de mercadorias é pedido ou transferido para outros Estados da Federação.

Um sistema de terminais de computadores, interligados a uma Central de Computação da Secretaria de Finanças do Estado, em muito ajudará a coibir abusos contra a arrecadação e a combater os sonegadores de impostos, que se utilizam de notas frias, de firmas fantasmas, de discriminação de cargas abaixo do peso real de transporte e de outros artifícios dolosos.

O Estado do Paraná aumentará em muito sua arrecadação com a implantação do sistema de computadores em seus postos fiscais de fronteira.

O Governo de Roberto Requião, que tanto vem insistindo no aumento de arrecadação, com propagandas na televisão e no rádio, estimulando a população a pedir notas fiscais em suas compras, verificará que um dos maiores objetivos desse trabalho estará na implantação desse sistema.

Para implantação do sistema de computadores, o Governo do Estado poderá fazer uso de recursos oriundos do excesso de arrecadação do Estado, que será propiciado pelo próprio sistema a ser implantado na Secretaria de Estado das Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Em votação a Ata.

APROVADA.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, é do conhecimento desta Casa de que se constituiu já há vários mandatos, o Bloco Parlamentar Agropecuário na Assembléia Legislativa.

Fizemos parte desse Bloco Parlamentar, e o encaminhamento dado pelo Deputado Orlando Pessuti, com base na Constituição Estadual e Federal, de que a Assembléia Legislativa deverá aprovar a lei agrícola estadual, com base na lei agrícola federal, que esteve já em aprovação no Congresso Nacional. Várias entidades receberam, através do Bloco Agropecuário, um anteprojeto de lei agrícola, que está em discussão na sociedade, no Paraná, através de todas as entidades ligadas à agricultura; e que segundo um acordo discutido no Bloco Parlamentar Agropecuário, até o dia de hoje, dia 15 de maio, estava aberto para emendas, proposições, complementações, neste anteprojeto de lei agrícola apresentado e elaborado pelo Bloco Parlamentar Agropecuário.



Eu venho a esta tribuna para dizer da satisfação que tive durante a manhã deste dia, quando recebi em meu gabinete várias entidades, entre elas a Federação das Associações de Pequenos Produtores do Paraná, representada pelo seu Presidente; Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, uma entidade regional do sudoeste do Estado, também representada pelo seu Presidente; a Comissão Pastoral da Terra; o Movimento Estadual dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná; o Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais do Estado do Paraná, ligado à Central Única dos Trabalhadores; representando centenas de milhares de famílias de pequenos agricultores do Paraná; associações, sindicatos, movimentos sociais ligados ao campo, ligados à agricultura, principalmente e especificamente ligados ao pequeno agricultor rural, ao pequeno agricultor.

Esta comissão, destas entidades representativas da classe agrícola do Paraná, especificamente dos pequenos produtores, nos trouxeram, como tive conhecimento, informação de que estiveram presentes em vários gabinetes de diversos Senhores Deputados, senão de todos, para entregar e pedir apoio a uma proposta, algumas emendas, algumas proposições a serem anexadas ao anteprojeto de lei agrícola que está em discussão no Bloco Parlamentar Agropecuário. E até o final do mês de junho, estará em discussão e em votação a lei agrícola estadual, aqui nesta Casa.

A Constituição Estadual, no seu artigo 154, § 1º, diz o seguinte: "A Lei Agrícola dará tratamento diferenciado e privilegiado ao micro e pequeno produtor". Com base neste artigo e neste dispositivo constitucional, os pequenos agricultores do Estado do Paraná se movimentam, se organizam, e através de suas entidades representativas procuram participar da elaboração de lei agrícola que entrará, em breve, em discussão, nesta Casa.

Aproveito para saudar os representantes destas entidades, que se encontram no auditório desta Casa, nas galerias, e convocar, convidar os Senhores Deputados que examinem com carinho as propostas vindas do pequeno produtor rural, que constitucionalmente têm a garantia de ter um tratamento especial. Porque o pequeno produtor rural, já temos nos manifestado muitas vezes, nesta tribuna, é o que precisa de mais atenção por parte das leis agrícolas, do País e do Estado, porque é aquele que está mais marginalizado do processo de produção, no nosso Estado e no nosso País.

Queria registrar isso, com satisfação, e pedir aos Senhores Deputados que receberam esta Comissão, e que provavelmente ainda irão receber nestes dias, que olhassem com carinho e atenção estas propostas

e que contemplássemos estas propostas na discussão da lei agrícola, nesta Casa, especialmente no Bloco Parlamentar Agropecuário.

Era isso, muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Com satisfação nós registramos a presença dos funcionários do IAPAR, na sessão de hoje.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Deputado Presidente da Assembléia, Algaci Túlio, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Anteontem, o Governador Roberto Requião, sancionou decreto que visa benefícios aos produtores rurais, dando deferimento aos insumos básicos da agricultura.

Nesse sentido, dias atrás, quando de uma reunião com o Senhor Secretário, Osmar Dias, alguns Deputados, incluindo meu nome, pedíamos àquele Secretário que intercedesse junto ao Senhor Governador, para que, de fato, a exemplo do que vinha ocorrendo no vizinho Estado de São Paulo, também o Paraná pudesse dar deferimento a insumos básicos para plantios, sementes, etc.

E, para nossa satisfação, anteontem, acreditando o Senhor Governador, atendendo a pedidos dos Senhores Deputados, ocorreu aquele deferimento. Na verdade, o pagamento que se fazia de ICM nos produtos básicos para o plantio da agricultura, o agricultor tinha o seu ressarcimento quando vendia o produto agrícola. Esta medida foi de bom senso, evitando que o agricultor pagasse o imposto do ICMS e depois, na venda de sua mercadoria agrícola, ele tivesse a sua compensação. Nos faz crer que medidas desta natureza devam acontecer sempre, para que se desburocratize um pouco tantos assuntos, que, na verdade, são apenas papéis de cá, papéis de lá, mas na verdade, no final não redundam em tantas coisas. Creio, como já disse, que foi uma medida de bom senso, sobretudo atendendo solicitações dos Senhores Deputados.

Obrigado, Senhor Presidente, obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhora Deputada. (Lê):

"MUNICÍPIO, A BASE DE TUDO

A Constituição preceitua com bastante clareza o princípio da unidade federativa, compreendendo as atribuições cabíveis à

União, Estados e Municípios. No entanto, um abismo enorme separa o que estabelece a aludida legislação e a realidade cotidiana, onde a estrutura do País parece, cada vez mais, ignorar a sua primeira e fundamental base, o município.

Se o cidadão mora em um país, e em um estado, ele vive sobretudo em um município, pois é ali o que tudo efetivamente acontece, espaço no qual se dá a extensão da sua família; núcleo esse que é um dos pilares de qualquer sociedade. Comparado com as outras unidades, o município não é uma ficção jurídica, criada pelos homens, mas sim diz respeito à uma cultura fortemente arraigada, variando apenas a sua forma de existência em qualquer parte do mundo.

Fala-se muito sobre a retomada do desenvolvimento, na redistribuição de renda, na busca da soberania do Brasil, mas nada disso será possível se não houver o reconhecimento do município como fator imprescindível para resolvermos os graves problemas que se espalham neste País de dimensões continentais, todos eles a pulsar nos mesmos municípios, onde ali eles afloram com notável intrepidez.

Dessa forma, a atuação de cada um dos Senhores Parlamentares deve se pautar em torno da questão municipalista, até porque, cada assunto aqui levantado, traduz, de um modo ou de outro, o municipalismo, trazendo no seu bojo um misto de expectativa e de ansiedade, de problemas ou de situações cada vez mais insustentáveis. Seja na educação, agricultura, saúde, transporte, meio ambiente, segurança pública, fomento econômico, etc., em cada setor sobrevém - sempre - o município como um todo, na maioria das vezes sufocado pelas enormes dificuldades, que se alastram quanto mais lhes falta condições orçamentárias, para encará-los de frente, para dar a solução exigida. Por mais que estejam dispostos a enxergarem esta sofrida realidade, os governantes maiores, não convivem o dia-a-dia das comunidades. Muitas vezes encastelados no poder, se constituem em intransponíveis barreiras para verem, ouvirem e sentirem as constantes agruras de um povo, cruelmente vítima da marginalidade social, desprovidos da própria cidadania, quando nem sempre a esperança acalenta sonhos. Com isso, o sofrimento bate à porta das prefeituras, essas sim, envolvidas inteiramente com a multiplicidade de problemas cujo poder público tem se limitado a ser mero espectador, testemunha ocular de uma crise profunda, não podendo praticamente nada fazer.

Incansavelmente, tem sido repetido que, é no município onde tudo acontece. Acima de tudo, é ali que é gerada a riqueza;

em seu solo brota a agricultura; em seu solo se assentam as fábricas; em seu solo se firma a base de todo o processo de desenvolvimento. Mas o ininterrupto esforço de um trabalho muitas vezes penoso, não tem sido nem de longe recompensado. As riquezas ali produzidas, em espécie ou sob forma de pesados impostos pagos inapelavelmente, não ficam nos municípios, onde efetivamente são gerados, mas sim se destinam à exportação, para atender o mercado externo, cujo lucro não volta para as comunidades, onde tudo - insistimos - tudo é gerado!

Todo o dinheiro recolhido sai do município e não volta nem sequer uma terça parte, e a ínfima parcela chega corroída pela demora, encarecida pela burocracia. São muitos os exemplos que bem evidenciam o quanto o tributarismo se apodera da riqueza proporcionada pelos municípios, absolutamente por eles. O FUNRURAL, INCRA, que mensalmente arrecada-se milhões de cruzeiros, é um dinheiro que não volta jamais, sequer para manter funcionando seus postos ou escritórios - ultimamente fechados - sequer para fazer um assentamento, num grande desrespeito, particularmente criando sérios transtornos aos aposentados, aos sem-terra do nosso Estado e do nosso País. Ademais, o Paraná, através da sua Loteria, a famosa "raspinha", as Casas lotéricas, têm arrecadado fabulosas somas, que vêm para a Capital. E então perguntamos: o que é feito desse dinheiro todo, qual o critério para a sua distribuição? Indagamos ainda: por quê não deixar já uma parte no próprio município? Afinal, é lá que ele é arrecadado, seria então uma medida extremamente justa, principalmente aqui no nosso Estado.

Ora, quando falamos nessa luta, citando alguns dos inúmeros exemplos, não estamos de modo algum pedindo favores. Quere-mos, isto sim, a autonomia, a independência dos municípios. Que eles tenham aquilo que lhes é de direito, o de gerir os seus próprios negócios, marcando os seus próprios destinos. Chega de migalhas, de humilhações e de paternalismos, correndo atrás daquilo que originalmente surge nos municípios, a riqueza, desaparecida na gula descomedida do poder centralizador.

Diante do inegável, injusto e brutal desequilíbrio que marca o município ante à União e mesmo nos Estados, este Poder Legislativo constitui o Bloco Parlamentar Municipalista. Nele, o objetivo é o de somar com todas as organizações voltadas para tal movimento, como Associação dos Municípios do Paraná e a Associação Microrregional, quando estaremos inarredavelmente empunhando a bandeira em favor de reconhecer e fortalecer a existência dos municípios do nosso Estado.

No próximo dia 21, certamente será um marco histórico por parte desta Assembléia Legislativa, quando estaremos instalando um Bloco que permanentemente se constituirá num legítimo foro, aberto ao debate com respeito aos desafios que nos esperam. Como Parlamentar, queremos - além de levarmos a nossa experiência como Prefeito de Irati no período de 1983 a 1988 - que tal iniciativa promova todo o respaldo que se fizer necessário, estando presente em todos os momentos em que o municipalismo seja colocado, quando o Bloco Parlamentar, com a sua voz, fará coro na luta por mudanças, tantas vezes almejadas, mas infelizmente tantas vezes relegadas a planos inferiores.

Assim sendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a vida pública é feita de muitos desafios, a exigir de todos a coragem, desprendimento, capacidade e vontade imorredoura de enfrentá-los com altivez. É por isso tudo que pretende este Bloco, o de ser um instrumento importante frontalmente contrário à excessiva concentração de recursos em favor da União, cuja estrutura tributária não pode mais existir, sob pena de definitivamente acabarmos com os nossos já combalidos municípios, consequência essa que colocará o Brasil num atraso econômico, social, político e cultural ainda mais grave do que vivenciamos.

Obrigado, Senhor Presidente.

Obrigado, Senhores Deputados.

(Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no horário do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, o Jornal Correio de Notícias de hoje traz em manchete o seguinte: "Requião proíbe desconto de previdência privada em folha. Fraudes e promessas não cumpridas foram as causas. O Estado deixa de ser intermediário diz Requião". No corpo da matéria diz que o Governador através da Secretaria da Administração revogou as autorizações para descontos de valores em folha de pagamento dos servidores públicos estaduais, civis e militares, em favor de instituições de previdência privada já a partir deste mês de maio.

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, há vários anos atrás, quando Deputado Estadual do MDB, aqui desta tribuna, eu tive a oportunidade de fazer um apelo ao Governo, na época do Senhor Ney Braga, e ao mesmo tempo de denunciar abusos que corriam já naquela época no que diz respeito ao desconto compulsório dos servidores estaduais, quer civis ou mili-

tares, para a previdência privada do Paraná. E na época eu fundamentava aquela minha afirmação, dizendo que era freqüente no interior do Estado, sobretudo na área de segurança e da educação, as reclamações de funcionários, de nível mais baixo, que diziam que na maioria das vezes eram compelidos a ver descontado em suas folhas de pagamento este tipo de desconto para essas instituições. E lamentavelmente falávamos, apelávamos, denunciávamos, e os anos foram se passando. Este Deputado mesmo, na condição de servidor público do Estado, concursado que era e que sou, durante onze anos vi descontada da minha folha de pagamento a contribuição a uma destas instituições que hoje, em bom momento, o Governador suspende, que é a CAPEMI. Durante onze anos, compulsoriamente, foi descontado do servidor José Tavares da Silva Neto e no dia em que eu, não agüentando mais este absurdo resolvi juridicamente reagir, deixaram de descontar. Mas os onze anos que me foi descontado até hoje não vi a cor do dinheiro.

Portanto, venho à tribuna para dizer agora o que já disse no passado, o Governo não podia continuar permitindo, admitindo estes descontos compulsórios. O servidor que tiver interesse em ver descontado em sua folha de pagamento uma parcela para um pecúlio, para uma pensão, que o faça individualmente, não da maneira compulsória, da maneira corporativa, como se fez até aqui. Muita gente andou ganhando dinheiro com estes descontos compulsórios da folha de pagamento do Estado do Paraná.

Por esta razão, Senhor Presidente e nobres colegas, é que me inscrevi para falar neste momento, em rápidas palavras, neste Pequeno Expediente, para enaltecer, para aplaudir a decisão do Governador Roberto Requião que vem pôr fim a mais uma "maracutaia" que existia no serviço público do Estado há muitos e muitos anos. É por esta razão que venho à tribuna, para destacar como positiva esta decisão do Governador Roberto Requião, em não mais permitir que se desconte dos servidores parcelas para a CAPEMI, para a MONTEPAR, ou qualquer outro tipo de pecúlio, porque sabemos que ao final de trinta, ou trinta e cinco anos, os servidores dele não se beneficiam.

Por esta razão é que entendi ser de meu dever deixar registrado, nos Anais da Assembléia, este voto de aplauso à decisão corajosa do Governador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Senhores Deputados.

O meu assunto na tarde de hoje nesta tribuna é exatamente o que acaba de dizer o Deputado José Tavares. Começamos aqui em Curitiba, há aproximadamente quatro meses, um movimento para desmascarar a famigerada MONTEPAR, hoje GMPP. Lembro perfeitamente quando duas senhoras me procuraram em meu programa de Rádio, uma delas aposentada da prefeitura, advogada, e uma outra apenas funcionária. Queriam, as duas, criar um movimento para alertar a população a respeito deste "conto do vigário", deste golpe que aplica a MONTEPAR, que aplicaram tantos outros pecúlios, Deputado José Tavares, e que acabaram prometendo a pensão vitalícia após os quinze anos.

Até dizia a elas que eram sonhadoras, mas eram idealistas, como sou um idealista, e que não poderiam evidentemente se amedrontar com o que iriam enfrentar.

Ali começamos então a criar um movimento, uma corrente e começamos a chamar as pessoas que tiveram os mesmos problemas; começaram a aparecer e vieram com depoimentos pessoas com quinze anos descontando para a MONTEPAR e, quando foram receber a aposentadoria, recebiam o valor de mil e cem cruzeiros, mil e duzentos, de quinhentos, de oitocentos cruzeiros que não pagava nem sequer a papelada e os cheques que eram dados para essas pessoas.

Começamos, então, esse movimento e aí surgiu, então, um movimento de revisão dos direitos e garantias constitucionais. Começou a ganhar corpo a ponto de nós, aqui desta tribuna, fazermos dois pronunciamentos. Encaminhamos requerimento ao Governador do Estado do Paraná, ao Secretário de Administração do Estado, ao Prefeito Municipal de Curitiba, ao Secretário de Administração do Município; encaminhamos ofício ao Dr. Luiz Chemim Guimarães, Procurador Geral da Justiça, encaminhamos ofício ao Delegado Romeu Tuma, encaminhamos ofício ao Presidente da República também no sentido de conscientizá-los e sensibilizá-los pela luta que começava aqui na Capital do Estado do Paraná.

E hoje, para satisfação nossa, Deputado José Tavares, nós vimos o Governador do Estado do Paraná, numa atitude elogiável, tomar essa posição de cancelar todo e qualquer desconto para esses órgãos, para essas entidades que estavam ou estão ainda enganando muitos servidores públicos. Neste sentido eu estou até com o meu requerimento na Mesa encaminhando ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário da Administração, cumprimentando-os pela decisão de mandar suspender o desconto em folha de pagamento dos servidores públicos estaduais em favor de instituições de previdência privada, algumas empresas de previdência privada como GNPP, que construiu este enorme edifício com vidro "rayban",

que deve ter sido construído, evidentemente, com o dinheiro desses servidores que tiveram descontados em suas folhas de pagamento. Tem também no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e uma enorme sede em Brasília construídos com o dinheiro dessa gente. Neste sentido, então, criou-se esse movimento e ganhou força e, inclusive tem tido uma cobertura do meu gabinete aqui na Assembleia enviando ofícios aos prefeitos de todo o Paraná, alertando-os, para que também em suas prefeituras se cancele esse desconto também, que agora, como fez o Governador do Estado, se faça também. Ainda hoje, pela manhã, conversava com o Prefeito Jaime Lerner a respeito dessa posição e a Prefeitura de Curitiba, certamente, vai acompanhar a posição tomada pelo Governador do Estado do Paraná, porque nós não podemos ver servidores públicos recolhendo dos seus salários importâncias que, na somatória, evidentemente, lhe são bastante importantes para entidades que no final de quinze anos entregam cheques no valor de mil e cem cruzeiros, mil e duzentos cruzeiros, como nós mostramos aqui em nosso pronunciamento anterior. Nós temos aqui, inclusive, alguns cheques onde uma Senhora, com quinze anos, Dona Madalena Rosário da Silva, recebeu de pensão a importância "fabulosa" de mil cento e três cruzeiros e trinta e cinco centavos. Isto aqui não paga o que ela descontou, talvez, nos últimos três ou quatro meses.

Então, nesse sentido, fazendo coro às palavras do Deputado José Tavares e no sentido de gratidão ao Governador do Estado do Paraná por esta posição e por esta atitude tomada. De ora em diante o servidor do Estado do Paraná não dá mais dinheiro como até diz a manchete do Correio de Notícias. "Requião acaba com maracutaia dos descontos em folha diante de denúncias de fraudes e promessas não cumpridas. O Governador suspendeu os descontos à previdência privada. Os grupos arrecadavam mais de quarenta e quatro milhões de cruzeiros dos servidores públicos todos os meses". Com isso esse dinheiro será, certamente, bem melhor aproveitado pelos senhores servidores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Albino Corazza.

(Declina).

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Passamos ao Horário das Lideranças.

Liderança do PT.

(Declina).

Liderança do PL.

(Declina).

Liderança do PFL.

(Declina).

Liderança do PSD.

(Declina.).

Liderança do PSDB, já utilizada pelo Deputado Toti Colaço.

Liderança do PDT,

(Declina).

Liderança do PRN.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A manchete do "Correio de Notícias", como dizem os Deputados José Tavares e Algaci Túlio, vem em muito ajudar e acabar com uma grande picaretagem que está acontecendo não só no Paraná, mas em toda a Nação brasileira. Mas o que me chama a atenção é para dizer o que saiu publicado hoje no Jornal "A Folha de Londrina", aonde dezenas de taxistas, Senhores Deputados, compraram carros da Autolatina e esses carros chegaram às mãos dos proprietários, como uma série de defeitos.

Os taxistas pegaram os carros e foram às revendedoras. As revendedoras deram uma "mexidinha" no carro, deram uma "calibra-dinha" no carro e os taxistas voltaram às ruas para continuar o seu trabalho e a "Folha de Londrina" mostra hoje para todo o Estado do Paraná e para o Brasil, centenas de taxistas com os carros comprados da Autolatina, Senhor Presidente, com uma série de defeitos.

E o que fizeram os taxistas? Pegaram os carros e colocaram em exposição em praça pública.

Dá-se a nítida impressão, que graças a Deus o povo brasileiro está acordando. O Paraná está acordando, porque o Paraná já está cansado de apanhar. O consumidor cansado de apanhar, vai a uma revendedora, seja ela de qualquer marca de carro que for, compra o carro, está com a sua garantia e não se resolveram os problemas e então o consumidor agora está usando uma arma, que eu considero esta arma a que foi mostrada pela "Folha de Londrina" de hoje. A arma realmente do brasileiro, exigir os seus direitos, reclamar e gritar pelos seus direitos, como fizeram dezenas de taxistas na Capital de todos nós, Curitiba, mostrando os carros avariados, com uma série de defeitos e a própria diretoria da Autolatina se apavorou em São Paulo, quando viu a passeata dos taxistas com os carros com uma série de problemas e deve se apavorar muito mais ainda quando ler a reportagem completa publicada pelo Jornal "Folha de Londrina".

São dois assuntos de grande interesse, um dito hoje pelos Deputados Tavares e Algaci, que está na hora de se acabar com

esta maracutaia e meter esses ladrões na cadeia e o segundo está na hora também de se acabar neste País com uma outra maracutaia, que é aquela de se vender um produto dizendo que é bom e o produto não presta. Então está na hora de o consumidor levantar essa bandeira, ir para a praça pública e desmascarar o comerciante, o empresário que estiver vendendo gato por lebre.

Meus parabéns ao "Correio de Notícias" por esta matéria publicada em que traz a forma rigorosa em que o Governo do Estado vai fazer para acabar com essa maracutaia e com essa pilantragem, e também a "Folha de Londrina" por ter publicado hoje ao Brasil o primeiro levante de homens que trabalham; trabalham hoje para pagar o que comeram ontem, e recebem carros danificados dessas grandes multinacionais e que lamentavelmente estão agora a exigir os seus direitos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Horário da Liderança ainda.

PMDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, devidamente apoiados, constantes do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passo a Presidência ao Deputado Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 139/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera a redação do Art. 1º, da

Lei n° 9.443, de 20 de novembro de 1990, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 144/91, de autoria do PODER EXECUTIVO, que concede, a partir de 1° de abril de 1991, abono equivalente a 40% (quarenta por cento) sobre salários e vantagens percebidos em março de 1991, aos servidores das entidades da Administração Indireta que especificam. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Com EMENDAS DE PLENÁRIO, PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. à emenda n° 01 e CONTRÁRIO às de n°s 02 e 03, por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

As emendas n°s 1, 2 e 3, apresentadas ao PROJETO DE LEI N° 144/91 de iniciativa do Poder Executivo.

SÚMULA: Concede, a partir de 1° de abril de 1991, abono equivalente a 40% (quarenta por cento) sobre salários e vantagens permanentes recebidos em março de 1991, aos servidores das entidades da Administração Indireta que especifica.

##### 1. PARECER:

Emenda n° 1 de autoria dos Deputados Colombino Grassano, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães Filho e Mário Bezerra.

Realmente assiste razão aos ilustres subscritores da emenda n° 1, quando afirmam ser necessário um tratamento diferenciado ao IAPAR ante às defasagens constatadas por comissão composta por representantes desta Casa de Leis, e, também, reconhecidas pelo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento.

A vista disso, e considerando que a emenda não alterará os valores globais estimados para o pagamento do abono, o que a torna perfeitamente legal e constitucional, somos favoráveis a sua APROVAÇÃO e seu conseqüente encaminhamento à apreciação do Plenário.

##### 2. PARECER:

Emenda n° 2 de autoria dos Ilustres Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino.

Pretendem os ilustres subscritores da emenda n° 2, inserir no projeto artigo que determine ao Governo do Estado a reposição dos dias parados em conseqüência da greve deflagrada pelos estabelecimentos de ensino superior do Estado.

Parece-nos, todavia, que tal providência não poderá ser objeto de lei, já que depende unicamente da vontade político/administrativa do Senhor Governador do Estado, que poderá supri-la através de uma sir-

Curitiba, quarta, em 15.05.91

ples determinação aos seus subordinados.

Infelizmente, tudo tem demonstrado que essa vontade inexiste, mas, de qualquer forma, os ilustres Deputados que apresentaram esta emenda poderão, se assim o desejarem, reapresentá-la em forma de INDICAÇÃO, desde que obedecidas as normas impostas pelo artigo 128 e seguintes do Regimento Interno.

Face ao exposto, e considerando que a matéria objeto da emenda n° 2 é de índole meramente administrativa, somos de parecer DESFAVORÁVEL à sua aprovação.

3. Emenda n° 3 de autoria dos Ilustres Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino.

A emenda apresentada pelos ilustres signatários, fere dispositivo constitucional previsto no artigo 66, inc. I., da Constituição Estadual que determina ser "DE INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO AS LEIS QUE DISPONHAM SOBRE" (art. 66) a "CRIAÇÃO DE CARGOS, FUNÇÕES OU EMPREGOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA DO PODER EXECUTIVO OU AUMENTE SUA REMUNERAÇÃO" (Inc. I), e portanto a sua apresentação através do Poder Legislativo contraria frontalmente o princípio da competência exclusiva, contemplando no texto legal já mencionado, que, pela sua meridiana clareza, não admite outra interpretação.

Esse mesmo entendimento já foi exposto quando na apresentação do parecer ao projeto de Lei n° 159/91 que, nesta mesma reunião, encontra-se sobre a mesa da Presidência, para discussão.

Não existem dúvidas que os dois projetos, em que pesem as diferenças em suas respectivas redações, tem um único objetivo: o reajuste salarial das Fundações de Ensino Superior, motivo pelo qual os pareceres terão que seguir uma mesma linha de raciocínio.

Por esses motivos somos de parecer DESFAVORÁVEL à aprovação da emenda n° 3.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

Em discussão.

A SRA. EMÍLIA BELINATI: Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para discutir, com a palavra a Deputada Emília Belinati.

A SRA. EMÍLIA BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados funcionários do IAPAR. O Governo do Estado encaminhou uma Mensagem à Assembléia Legislativa, que



diz o seguinte:

"Art. 1º - Fica concedido, a partir de 1º de abril de 1991, abono equivalente a 40% sobre os salários e vantagens permanentes percebidos em março de 1991, aos servidores das entidades da Administração Indireta a seguir indicadas:

- FAMEPAR
- ITC
- IPARDES
- Fundação Rádio e Televisão do Paraná".

Nós entramos com uma emenda, juntamente com o Deputado Colombino Grassano e Plauto Miró, que basicamente diz o seguinte:

"A entidade de que trata o inciso II do art. 1º da presente lei, o abono de 40% será sobre o montante da folha de pagamento dos salários e vantagens permanentes recebidas em março de 1991".

"§ 1º - A entidade de que trata este artigo elaborará respectiva tabela de abono, conforme critérios que visem corrigir distorções, beneficiando servidores de menores salários".

"§ 2º - Os acréscimos resultantes do disposto neste artigo vigorarão como abono até que sejam revistos os vencimentos dos servidores da entidade em questão e serão considerados para efeitos de quaisquer revisões salariais".

A emenda que nós propomos, Srs. Deputados, Sr. Presidente, que, pela mensagem do Governo do Estado, a aplicação do índice de 40% sobre os salários e vantagens permanentes percebidas pelos servidores do IAPAR em março deste ano podem agravar ainda mais as distorções salariais do Instituto.

Os 1544 servidores pertencem a categorias profissionais diferentes regidas por legislação própria: são pesquisadores, biólogos, químicos, veterinários, pessoal de apoio técnico administrativo e profissional.

Desde 1º de outubro de 1990, quando foi concedido 48,64% a título de antecipação, o Governo do Estado não concedeu mais nenhum reajuste salarial aos servidores do IAPAR. Exceção foi feita a 794 empregados que receberam o salário-mínimo de 24 mil e 691 cruzeiros e 142 engenheiros, veterinários e químicos que receberam 153 mil cruzeiros, que é o piso profissional destas categorias. Isto foi feito para atender os termos da convenção coletiva de trabalho 90/91.

A proposta do Governo prejudica os servidores do IAPAR: 38,1% teriam somente 40% de reajuste a partir de 1º de abril, enquanto 61,9% teriam 40,53% a 154,94%, justamente porque já receberam algum diferencial de piso, desde janeiro deste ano.

A emenda que estamos propondo em ne-

nhum momento altera o valor previsto na mensagem do Governo do Estado, destinado ao IAPAR. São os mesmos 58 milhões e 40 mil cruzeiros. A única diferença é que, ao invés deste dinheiro, corresponde ao total do abono de 40%, reajustar os salários neste valor, ele vai ser repassado à Diretoria do IAPAR que se encarregará de repassar a tabela conforme critérios que visem corrigir distorções, especialmente de salários mais baixos. Como isso não é inconstitucional, nem aumenta as despesas do Estado, não entendemos porque o bloco governista se apresenta contra esta proposta. Um dos argumentos é de que as distorções dos funcionários do IAPAR serão corrigidas quando estiverem em vigor o regime jurídico único.

Todos nós sabemos que o regime jurídico único só deverá ficar pronto no final do ano e não entrará em vigor antes do final do ano, com uma agravante: ao invés de solução, pode ser problema para os funcionários. Como já existe um forte achatamento, corre-se o risco de haver um nivelamento por baixo, dos salários dos funcionários.

Esta discussão fica para depois. O que não pode esperar é uma solução de emergência para os servidores do IAPAR, que enfrentam sérias dificuldades. Com os salários que têm, não há como garantir sobrevivência e o Instituto, que é da maior importância para o Estado, corre um risco de esvaziamento. Na iniciativa privada, sem dúvida, muitos deles encontram melhores condições de trabalho e de salários.

Ontem, aqui neste plenário, o Sr. Líder do Governo Deputado Orlando Pessuti, argumentou com o nosso colega Mário Bezerra que até poderia ter votado a favor de requerimento deste Deputado, se tivesse ouvido seus argumentos, na defesa da proposta de criação de uma nova Região Administrativa para o Paraná.

Estou aqui hoje defendendo esta emenda sobre o IAPAR que acho justa com uma expectativa: O Deputado Orlando Pessuti, por ser um reconhecido batalhador pelas causas da Agricultura paranaense, e que se mostra aberto a propostas justas, ainda que contrárias à visão oficial, oriente sua bancada no sentido de dizer sim à emenda. Isto significa, senão a solução ideal, ao menos a correção de distorções nos salários dos servidores do IAPAR, que, acredito, também merecem do nobre Deputado e do PMDB o respeito e o reconhecimento pelo trabalho que desenvolvem a favor do Paraná.

Fica aqui então o nosso apelo aos nobres Deputados. Quero também fazer um apelo à Bancada do PDT, do Partido a que pertenço, que vote a favor desta emenda que não implica em mais gastos para o Go-



verno do Estado, que não traria nenhum prejuízo para os cofres públicos e eu não vejo porque os Deputados que foram eleitos pelo voto do povo, com o compromisso de representá-los e de lutar pelas suas reivindicações, eu não vejo aqui nenhuma justificativa para que votemos contra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação.

A SRA. EMÍLIA BELINATI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, foi encaminhado à Mesa um ofício, pedindo votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será apreciado na oportunidade.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores registrar o nosso inconformismo com o parecer emitido pela CCJ com relação às emendas por nós apresentadas. Uma delas mais especificamente estendia aos servidores das universidades o mesmo abono que ora é concedido às instituições nominadas na mensagem governamental.

Entendeu o ilustre Relator que nós invadimos competência do Poder Executivo legislando sobre aumento na remuneração dos servidores. Todavia, quero apenas lembrar e dizer que data vênha, entendo que quem incorreu em erro foi o nosso ilustre Relator. Porque a nossa emenda visava exatamente corrigir uma inconstitucionalidade flagrante que havia no projeto e na mensagem governamental. Ou seja, o art. 37, da Constituição Federal, em seu inciso 9º estabelece claramente, digo, inciso 10, que não poderá haver distinção de reajustes entre os servidores. O que assistimos no caso da exclusão das Universidades foi simplesmente uma retaliação política e, portanto, uma flagrante inconstitucionalidade. Neste sentido apenas procurávamos colocar o projeto governamental dentro dos ditames constitucionais. Mais do que isto, é lamentável por que nós, hoje, ouvimos notícias pela imprensa de que o Governador do Estado enviará mensagem à Assembléia Legislativa do Paraná e também às universidades o que demonstra o reconhecimento pelo erro cometido do Poder Executivo.

A nossa emenda, portanto, se amparada na CCJ e colocada em votação hoje, permitiria a aprovação imediata daquilo que é a vontade hoje do próprio Governador e nós não teríamos que, novamente, retornar a discutir esta matéria.

Então quero aqui registrar o nosso voto de protesto pela não aprovação, na CCJ, das emendas apresentadas pelo Partido dos

Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há requerimento de autoria da Sra. Deputada Emília Belinati, com apoio do Sr. Deputado Colombino Grassano solicitando votação nominal para a matéria. Vou submeter a voto o requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam a votação nominal, queiram permanecer como estão. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar a votação) - Sr. Presidente, sucintamente queremos deixar aqui registrada a nossa posição com referência a esta matéria.

Sabem os Srs. Deputados com assento nesta Casa, não só aqueles que integram a Bancada do nosso Partido e que a ela se aliam, mas sabem principalmente os Srs. Deputados da Oposição e que são os autores da emenda, das gestões que nós juntamente com o Deputado José Tavares e sob a coordenação do Deputado Durval Amaral desenvolvemos perante o Governo do Estado e em especial perante a Secretaria de Administração, no sentido de que pudéssemos viabilizar alguma modificação que pudesse contemplar e atender as aspirações deste momento da categoria profissional ligada ao IAPAR.

Em que pesem todas as argumentações que foram por nós apresentadas, a elas se contrapuseram outras argumentações de que o próprio Governo não questiona até o merecimento daquilo que está sendo proposto em termos de se corrigir as distorções, gritantes algumas delas, hoje existentes no IAPAR. Mas também entende o Governo neste momento em que em discussão se acha a nível de Secretaria de Administração, como de resto em todas as demais instituições do Governo, um processo que visa implantar nesse Estado, o regime único de trabalho.

Entende mais o Governo, que carece o Poder Público Estadual, de desenvolver discussões, avaliações, onde se busque julgar a oportunidade de se transformar as Fundações em Autarquias.

Entende ainda os setores Governamentais, de que se nesse momento, nós destinássemos uma atenção diferenciada ao Instituto Agrônomo do Paraná, nós ao corrigirmos distorções que se formaram, não nesses últimos meses, mas que se formaram ao longo de toda a existência daquele Instituto, entende o Governo que ao darmos esse tratamento, diferenciado e privilegiado, diga-se de passagem, nós estaríamos também praticando uma discriminação, estaríamos praticando distorções, diferenciações, com referência as outras Fundações, que nesse momento, são objeto de aumento salarial na forma de "abono",

como foi proposto por Sua Excelência o Governador.

Por essa razão mesmo, entendo ser necessário que venhamos a corrigir as distorções que reconhecemos, algumas delas gritantes dentro do IAPAR, mas que também existem nas outras Fundações e outros órgãos desse Governo. Nós entendemos que se dermos nesse momento, um tratamento diferenciado, nós, ao invés de estarmos praticando um ato de justiça por inteiro, estaremos praticando um ato de justiça particularizado.

Este é o entendimento que tem os setores Governamentais, e por essa razão, Sua Excelência o Governador, solicita desta Assembléia, que lhe dê oportunidade de corrigir estas distorções que existem por ocasião do Regime Único de Trabalho, que chegará a esta Assembléia, acreditamos nós, ainda neste semestre, nesta primeira fase da sessão legislativa de 1991.

Pede mais, o Senhor Governador, que aproveamos a sua Mensagem, como ela aqui chegou, para que possa ele implementá-la de imediato, para que possam ser feitas as folhas de pagamento e os servidores possam receber de imediato esse "abono" que hoje nós estaremos aprovando.

Informo ainda mais e a imprensa já informou e aqueles que tiveram oportunidade de ter acesso à imprensa hoje, Sua Excelência o Governador determinou na tarde de ontem, as providências necessárias para que venha a este Poder Legislativo, Mensagem Governamental, oferecendo às Universidades, na forma de "abono" evidentemente, uma reposição de quarenta por cento, demonstrando com isso, que o Governador está atento e zeloso por estas questões mais emergentes do Paraná.

Nós afirmávamos aqui, vamos dar oportunidade ao Governador, para que ele possa através dos estudos, oferecer soluções para os problemas, mesmo que as soluções não sejam as que todos nós queremos.

Elas estão vindo, mesmo na forma de abono, as reposições estão chegando.

E nós queremos crer, que dentro em breve, nós poderemos votar aqui Mensagens de caráter mais abrangente e que possam corrigir as distorções que hoje ainda existe no salário e no funcionamento do Poder Público Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se continuar os distúrbios nas galerias a Mesa vai mandar evacuar as galerias.

O SR. DOUTOR ROSINHA - (Para Encaminhar a votação).

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Disse meu companheiro de Bancada, Deputado Ernani Pudell, a respeito das emen-

das que nós apresentamos.

Uma das emendas, justamente, era para corrigir a discriminação e a distorção que acabou de falar o Deputado Orlando Pessuti, em relação às universidades.

A outra emenda, considerada inconstitucional pela C.C.J.. Em momento nenhum ela é inconstitucional, porque não acarreta aumento de despesas ao Poder Público Estadual. A única coisa que ela estabelece era o pagamento dos dias parados, com conseqüente reposição destes dias. Assim teriam os servidores, esta reposição.

Eu gostaria de encaminhar, no sentido de cobrar do líder do PMDB que, se realmente o Governador Roberto Requião quer ter a oportunidade para corrigir distorções causadas pelo seu antecessor, também do PMDB, estas distorções só poderão ser corrigidas se houver negociação entre as partes. E não imposição e autoritarismo do Governador Roberto Requião, como ele vem fazendo.

A implantação do regime único não é nenhum favor do Senhor Governador.

É única e exclusivamente cumprir a Constituição Federal e a Constituição Estadual.

Portanto, não adianta justificar o voto, na proposta do Senhor Governador, através da implantação do regime único.

O tratamento diferenciado foi dado. E a emenda apresentada pelo Deputado Colombino Grassano e Deputada Emília Belinati, não afeta e nem discrimina.

Enquanto a nossa ainda corrige estas discriminações e distorções.

Portanto, nós queríamos dizer, como disse o Deputado Ernani Pudell, que aquelas emendas com parecer contrário não foram analisadas de acordo com a Constituição Federal.

E que nós votaremos favoravelmente à Emenda da Deputada, por saber que aí não implica, absolutamente nada, em aumentar o orçamento do Estado. E queremos cobrar que se tenha negociação, e não enrolação, como foi feito com todos os trabalhadores públicos até agora, pelo Governador Roberto Requião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Substitutivo Geral.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para esclarecimento ao Plenário, Vossa Excelência anuncia que nós iremos votar um substitutivo geral. Pelo que nos informa a Ordem do Dia, nós temos o projeto e uma emenda de Plenário.

Eu gostaria de saber de Vossa Excelência que esta emenda pode ser entendida como um substitutivo geral?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda n° 1, se refere a todo o projeto. É um substitutivo geral. Aprovada a Emenda n° 1, estará prejudicado o projeto original.

Os Senhores Deputados que votarem pelo Substitutivo Geral, responderão "SIM", em pé. E os que votarem contrariamente, votarão "NAO".

Inicia-se o processo de votação do substitutivo geral. O Senhor 1° Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, ainda mais uma vez, para a necessária orientação ao Plenário.

Nós estaremos votando, neste instante a emenda Substitutiva. Os que forem favoráveis à Emenda, dirão "sim". E os que forem contrários, dirão "não" à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado responderá "SIM" ou "NAO", em pé, de acordo com o Regimento Interno.

Atenção para a chamada nominal procedida pelo Senhor 1° Secretário.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (João Arruda) - Procede à chamada nominal para votação dos Senhores Deputados.

Termina a votação nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 49 Senhores Deputados.

Vinte e cinco rejeitam o substitutivo, vinte e quatro aprovam. Rejeitado o Substitutivo.

Vou submeter a voto o Projeto e após as Emendas avulsas.

Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Senhores Deputados que aprovam o Projeto conservem-se como estão. Aprovado.

Em votação as emendas, primeiro a emenda número 02, da Bancada do PT.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Eu consulto a Mesa se nós teríamos que apreciar essas emendas, já que elas foram remetidas à C.C.J., para apreciação, e lá foram rejeitadas pela Comissão e apenas a emenda número 01 foi aprovada e a deliberação, na forma de substitutivo geral, nós entendemos que eliminou essas duas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A emenda rejeitada pela Comissão de Justiça não representa a vontade do Plenário. Votação na ordem inversa.

Parecer contrário. Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se. Rejeitada.

Votação a emenda número 03 pelo mesmo

processo.

Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ... Após a votação. Está rejeitada a emenda.

Verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

Vinte e três Senhores Deputados aprovam a emenda.

Senhores Deputados que a rejeitam queiram levantar-se.

25 Deputados rejeitam.

Está rejeitada.

Aprovado o Projeto.

O Projeto irá à redação final.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 127/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que declara de Utilidade Pública, a Associação dos Colaboradores da Escola de Deficientes Auditivos de Paranguá, com sede e foro na cidade de Paranguá, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 31, de 09.04.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 127/91

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação dos Colaboradores da Escola de Deficientes Auditivos de Paranguá.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental da Proposição em exame, constatamos a sua inteira atenção ao disposto na Lei n° 6.944, de 10 de janeiro de 1978, que dita normas para a declaração de Utilidade Pública.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela Aprovação do Projeto de Lei em tela, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de ser apreciada pelo Egrégio Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 08.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 37/91, de autoria do Deputado ARTAGÃO MAT-

TOS LEÃO, que declara de Utilidade Pública a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS do Município de Ibema. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 13, de 06.03.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 37/91

P A R E C E R:

Em analisando o presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Artagão Mattos Leão, sob o ponto de vista legal, constitucional e regimental, concluimos pela sua viabilidade, por estar dentro dos parâmetros legais que regem a matéria.

É o parecer favorável pela regular tramitação.

Sala das Comissões, em 07.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 150/91, de autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE DE ARA-PONGAS, com sede e foro na cidade de Arapongas, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 41, de 23.04.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 150/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Sr. Deputado Colombino Grassano, objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação das Damas de Caridade de Arapongas, com sede e foro na cidade de Arapongas.

Procedida à análise constitucional, legal e regimental do plano de lei em exame, notamos a sua conformidade com o disposto na Lei Estadual n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que determina normas para a declaração de Utilidade Pública.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer favorável, opinando pela aprovação da presente proposição, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de ser apreciada pelo Plenário.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões em 07.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

ROSSONI - Relator

Aprovado.

O SR. JOSÉ TAVARES - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa

Excelência tem a palavra.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, em que pese estar analisando a partir de agora uma matéria que já foi vencida ou decidida, mas acho que é meu dever dizer a Vossa Excelência e à Casa e invocar o testemunho do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Colombino Grassano, que ontem, quando analisávamos estas emendas, afirmou, e está nos Anais da Comissão de Constituição e Justiça, porque a Ata retrata exatamente o que lá aconteceu, que as emendas rejeitadas naquela douda Comissão não viriam a Plenário.

Por esta razão é que este Deputado, como membro daquela comissão, ficou surpreso quando Vossa Excelência colocou-as em votação.

O que ficou, na minha opinião, regimental e sabiamente decidido pelo Presidente, é que só viria a Plenário a emenda que a Comissão aprovou, que foi a emenda subscrita pela Deputada Emília Belinati, pelo Presidente Colombino Grassano, Deputados Plauto Miró e Mário Bezerra, mas as outras do PT, até porque eram inconstitucionais e anti-regimentais, foram lá rejeitadas e não viriam ao Plenário.

Faço esta colocação para que conste nos Anais esta minha preocupação, esta minha colocação, porque acho este um assunto muito grave. A partir do momento em que na Comissão de Constituição e Justiça se adota uma posição que, a meu ver, é correta e lá está a Ata para confirmar o que estou aqui a dizer, e aqui no Plenário, Sr. Presidente, se adota outra providência.

Sei que o Plenário é soberano. Mas este mesmo Plenário, que é soberano, votou o Regimento. E o Regimento tem que ser cumprido, quer seja lá, ou aqui no Plenário.

Por estas razões faço esta colocação a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Comissão, no entendimento da Mesa, não tem o poder de determinar o arquivamento de determinadas matérias. Só o Plenário é soberano. Este é o entendimento da Mesa e vai ser mantido.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Não temos feito outra coisa na Comissão de Constituição e Justiça, a não ser cumprir a Constituição, a lei e o Regimento Interno. Entendemos que as matérias flagrantemente inconstitucionais, como é o caso das emendas dos ilustres Deputados do PT, não tendo amparo constitucional, teriam que ser rejeitadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Foram rejeitadas e determinei o arquivamento, porque achei que seria a maneira mais correta de se cumprir a Constituição e o Regimento Interno.

Esta Casa, este Plenário, deu poderes à Comissão de Constituição e Justiça de arquivar projetos que estavam naquela Comissão, nós o fizemos respeitando todos os preceitos constitucionais.

Não estou presidindo a Comissão de Constituição e Justiça para servir a ninguém, a não ser ao Paraná e à Assembléia Legislativa. A minha posição é definida. Convoco todos os dias a Comissão. Trabalho todos os dias da semana. Os Srs. membros da Comissão têm dado um apoio total aos nossos trabalhos. E a Mesa tem até colocado matéria que não deveria ser de apreciação do Plenário como o de cidadania honorária paranaense e também matéria que diz respeito à declaração de utilidade pública de entidades assistenciais.

Este é o meu comportamento. Não vou discutir o resultado da votação da emenda subscrita por nós, pela Deputada Emília Belinati, e pelos Deputados Plauto Guimarães e Mário Bezerra, porque já foi defendida esta emenda; o Plenário decidiu contrariamente aos interesses dos funcionários do IAPAR; aceito a sua decisão, mas quero deixar patente a minha decisão e a dos membros da Comissão de Constituição e Justiça.

Tomei esta decisão por minha livre e espontânea vontade, pretendendo com esta minha decisão, manter a Constituição e respeitar o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa louva o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça pelo trabalho que vem realizando junto aos seus Pares; enaltece esse trabalho, mas todas as Comissões da Assembléia são meramente opinativas. A Comissão decidiu pela inconstitucionalidade das emendas, foi submetido ao Plenário o parecer da Comissão, tanto é que se fez a votação pelo voto inverso.

Eu não vejo inconveniente nenhum, Sr. Deputado Colombino Grassano, nem vejo motivo para que Vossa Excelência estranhe a posição da Mesa. Nós vivemos num regime democrático; a maioria é quem decide.

Continuo mantendo a decisão da Mesa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, quero me congratular com a decisão de Vossa Excelência.

As Comissões Permanentes da Casa, como bem disse Vossa Excelência, o próprio Regimento Interno retrata fielmente, são meramente opinativas. Quem decide, realmente, é o Plenário da Casa. A matéria pode receber parecer contrário em duas, três, quatro comissões, mas tem que passar pelo

crivo do Plenário da Casa, senão não adianta realizarmos sessões plenárias; vamos passar a realizar, daqui para frente, só sessões nas comissões permanentes.

Eu me congratulo com Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 1064, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1068, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. - Encaminhe-se conforme o requerido.

Requerimento de nº 1069, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. - Encaminhe-se conforme o requerido.

Requerimento de nº 1063, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 1065, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 1074 a 1076, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. - Aprovados. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1078, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1079, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. - Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1077, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência informa o Plenário que foram indicados para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito instituída, a requerimento do Deputado Dr. Rosinha, composta de 15 membros, para apurar possíveis irregularidades cometidas pela Secretaria de Estado da Saúde, nas concorrências 004/90 e 005/91, efetuadas entre os meses de novembro de 1990 e janeiro de 1991, os seguintes Deputados:

PMDB - 4 membros

1 - JOSÉ AFONSO JÚNIOR

2 - CLEITON CRISÓSTOMO

3 - EDSON LIÑO

4 - NÃO INDICOU

Suplentes

PRN - 3 membros

Efetivos

1 - DOMINGOS FAUSTINO DE CARVALHO

2 - ARLINDO TROIAN  
 3 - LOURENÇO FREGONESE  
 Suplentes  
 MÁRIO BEZERRA  
 LUIZ C. ALBORGHETTI  
 NELSON JUSTUS

PFL - 2 membros  
 1 - NÃO INDICOU  
 2 - NÃO INDICOU

PDT - 2 membros  
 1 - NÃO INDICOU  
 2 - NÃO INDICOU

PSDB - 1 membro  
 1 - TOTI COLAÇO

PTB - 1 membro  
 1 - JOÃO IENSEN

PL - 1 membro  
 1 - NÃO INDICOU

PT - 1 membro  
 1 - DR. ROSINHA

Foram indicados 09 (nove) Senhores Deputados. A Comissão conta com maioria para se instalar.

Solicito do Senhor Deputado Algaci Túlio, 1º Vice-Presidente, que presida, amanhã às 10:00 horas a eleição para escolha do Presidente e Vice-Presidente da Comissão. Para tanto, considero convocados os Senhores membros que compõem a referida Comissão Parlamentar de Inquérito, como dispõe o art. 41, do Regimento Interno.

(Termina de ler).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 144/91.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 127/91, 037/91 e 150/91.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 058/91 e 122/91.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 15 DE MAIO DE 1991.

#### VAMOS RESPEITAR A BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ

Compondo sua equipe, o governador Roberto Requião indicou a jornalista Valéria Prochmann para a Direção da Biblioteca Pública do Paraná (BPP). Segundo consta, a indicação da referida pessoa - que não é do ramo - é sustentada unicamente pela preferência individual do Governador, colocada para o público como "exercício de liberdade no preenchimento de cargos de confiança ou em comissão". Ninguém contesta a liberdade do governador em escolher quem ele julga competente para compor sua equipe e viabilizar suas propostas e promessas de campanha.

Contesta-se sim, que essa liberdade possa ser exercida ferindo-se leis e desrespeitando-se gratuitamente toda uma classe uma venerável instituição. No tocante a respeito a leis, o governador precisa ser tão cioso quanto qualquer dos cidadãos desse Estado do País (ainda que isso não esteja muito em moda ou garanta créditos ...). Ocorre que a Lei Federal 4.084 estabelece em seu artigo 6º que "são atribuições dos bacharéis em Biblioteconomia: a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas ... concernentes às matérias e atividades seguintes: ... (c) Administração e Direção de Bibliotecas". A indicação feita pelo governador desconsidera tudo isso.

Existem mais de 30 cursos de Biblioteconomia em várias Universidades do país, das quais 2 no Paraná. Existem mais de 15.000 bibliotecários no país, dos quais 500 ativos no Paraná, trabalhando nas esferas federal, estadual e municipal do setor público, e em várias alternativas do setor privado. Será possível que o governador do Paraná não consegue escolher dentre todos esses nenhum profissional para dirigir a Biblioteca Pública do Paraná? Será possível que essa venerável instituição, patrimônio do povo paranaense, comprometida centenariamente com a cultura e educação nesse Estado, ao invés de ser dirigida por um profissional tenha que ficar 4 anos, graças ao capricho do governador, sob a direção de um leigo? Nos últimos 23 anos a Biblioteca Pública do Paraná tem sido dirigida por bibliotecários, e se mais não fez é por contingenciamentos que afetam o desempenho de todo setor público. As propostas hoje colocadas para a BPP apenas reforçam as inúmeras propostas e planos das gestões anteriores, sempre comprometidas com a democratização do acesso à informação e melhoria da qualidade de vida do povo paranaense. Viabilizá-las exige vontade política e capacidade profissional.

Vontade política para reforçar a atuação da BPP na vida paranaense parece que existe no atual governo, a julgar pelas metas que estão sendo colocadas, merecedoras do maior apoio de todos nós, bibliotecários e usuários favorecidos pela atuação da BPP, interessados todos no sucesso dessa entidade em relação a seus nobres propósitos. Competência profissional - vamos convir - não existe na pessoa da diretora indicada. Ela com certeza tem outros méritos, e quem sabe pode auxiliar o governador ocupando outros espaços próprios de sua formação profissional.

A Biblioteca Pública do Paraná não é cabide de empregos, e costuma abrigar pes-

Curitiba, quarta, em 15.05.91

soas conforme o perfil da atividade a ser desenvolvida, e somente após devidamente aprovadas em concurso público. Espera-se que o governador reconsidere esta questão e confirme um profissional na Direção da Biblioteca Pública do Paraná para viabilizar sua proposta, em respeito à esperança do povo paranaense. Procurar um bibliotecário para esta posição não é uma limitação que se impõe ao Governador, é uma questão de respeito que se espera dele. Se não respeito a uma categoria laboriosa, pelo menos respeito à Biblioteca Pública do Paraná e à sua bagagem de serviços prestados à sociedade paranaense.